



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE - UFS
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA - POSGRAP
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA - NPGeo



“30 ANOS DE CONTRIBUIÇÃO À GEOGRAFIA”

São Cristóvão, 29 e 30 de Agosto de 2013.

A ESPACIALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EMPREGO E RENDA NO NORDESTE

Vanessa Dias de Oliveira

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia

Universidade Federal de Sergipe

PROGeo (Relação Sociedade - Natureza e Produção do Espaço Geográfico)

vanessa25geo@yahoo.com.br

Prof^a. Dr^a. Josefa de Lisboa Santos

Departamento de Geografia de Itabaiana e NPGeo/ UFS.

PROGeo (Relação Sociedade - Natureza e Produção do Espaço Geográfico)

josefalisboa@uol.com.br

As mudanças recentes no funcionamento do capitalismo são reveladoras da diversificação da divisão social/territorial do trabalho. Desta forma, deve-se destacar o papel relevante do processo de reestruturação produtiva do final do século XX, aliado a política neoliberal, ao fortalecimento da esfera financeira (como forma de expansão do capital via mundialização, com a desregulamentação e flexibilização das relações de produção e trabalho) somadas à privatização das funções sociais do Estado. No centro de tais mudanças aparecem profundas mudanças no perfil da classe trabalhadora e no mercado de trabalho, com novas determinações para os sujeitos que trabalham e assim no mundo do trabalho. Esse processo engendra uma redefinição do papel do Estado, inclusive por meio de medidas de intervenção no mundo do trabalho em todos os países como forma de diminuir os efeitos de um dos problemas sociais mais graves da contemporaneidade: o desemprego.

Este é o caso do Brasil, em que o fomento de políticas públicas de geração de “emprego”, trabalho e renda está articulado ao Sistema Público de Emprego, desde a década de 1990, como tentativa de reverter à explosão do desemprego estrutural atual que ocorre no país. Tais políticas se constituem um conjunto bastante heterogêneo de ações dos governos no mercado de trabalho como forma de minorar os índices de desemprego e ocupações precárias, com rebatimentos no reordenamento do espaço geográfico, nas suas diferentes escalas, inclusive a nordestina.

Destarte, esta pesquisa tem analisado o papel das políticas públicas de emprego, trabalho e renda vinculadas ao PROGER (Programa da Geração de Emprego e Renda) Urbano, na cidade de Aracaju/SE e cidades do interior de Sergipe, que estão inseridas na lógica e papel que o Nordeste assume no mercado de trabalho. Os desdobramentos destas políticas públicas revelam que ainda que ocorra uma inserção de trabalhadores no mercado de trabalho, ela é pontual e se estabelece por meio de uma territorialização de trabalhos precários, notadamente via cooperativa, informalidade e diversas outras formas de trabalho (formais, informais e “autônomas”, inclusive à margem de tais políticas) nas cidades nordestinas, porém funcionais aos circuitos de acumulação flexíveis. Uma redefinição do trabalho é posta de acordo com os atributos locais e regionais que os trabalhadores podem oferecer.

Captar os desdobramentos das políticas públicas envolve situar as mudanças no mundo do trabalho por meio do diálogo com as categorias: emprego, Estado, política pública e a região a partir do seu reordenamento territorial. Tais leituras têm sido apoiadas em geógrafos e pesquisadores de áreas afins que discutem a realidade nordestina, o mundo do trabalho, o Estado e sua funcionalidade via políticas públicas.

As pesquisas realizadas até o momento mostram que o grande ponto de convergência dessas políticas está nas formas alternativas de geração de trabalho e renda que surgem à margem do trabalho regulamentado, do emprego, uma vez que procuram fomentar iniciativas individuais ou coletivas por meio do autonegócio, de cooperativas populares, da livre iniciativa. Assim o método dialético, apoiado na pesquisa empírica credita uma visão de totalidade e processualidade, de negação da fragmentação do local/regional/nacional/mundial. O trabalho tomado como importante temática geográfica se dá dentro das reconhecidas categorias geográficas (espaço, território, região, paisagem e lugar). Na escala nordestina as mediações que dão sentido e conteúdo às contradições redefinem constante e intensamente os horizontes geográficos.

Cada forma de trabalho “requer” uma arrumação espacial específica, uma nítida vinculação entre as reformulações que ocorrem no âmbito do trabalho, passando pelas formas proletarizadas (assalariamento clássico), às formas mais expressivas da subproletarização, (trabalho parcial, temporário, domiciliar, informal, etc.). Aprender esse processo por meio da “leitura” geográfica é, antes de tudo, aprender a identificar formas, estabelecer parâmetros de localizá-las (THOMAZ JR, 2003).

Estudiosos como Serra (2009), Pochmann (2008) e Antunes (2008) partem do princípio que as referidas políticas estão em queda e não têm respondido as reais necessidades

das demandas da população, mas sim criando muito mais novas modalidades de trabalho precarizadas, terceirizadas e informais. Mesmo assim, a proposta desta pesquisa manterá suas análises dentro do que se propõe a esfera pública federal, que atua a partir da descentralização às esferas estaduais e municipais, das políticas públicas de geração do emprego, do trabalho e da renda.

A atuação neoliberal do Estado no contexto contemporâneo propicia uma limitação dos compromissos sociais universais, entre eles a criação de empregos. A atuação do Estado e seus programas de geração de emprego estarão associados a partir de então na indução da flexibilização do mercado de trabalho e na focalização da atenção pública, que em conjunto produzirá uma ressignificação do emprego não como direito. Diante disso Antunes (2007) revela que o trabalho estável, regulamentado, diminui, e é substituído pelas diversas formas de “empreendedorismo”, “cooperativismo”, “trabalho voluntário”, “trabalho atípico”. Aparecem tendências como a redução do operariado fabril, a feminização do mundo do trabalho, o crescimento do setor de serviços, a crescente exclusão de jovens e idosos sem perspectiva de emprego, a expansão do trabalho no denominado “terceiro setor”, a expansão do trabalho em domicílio e a explosão da informalidade.

Na cidade de Aracaju a prefeitura tem fomentado programas para os pequenos empreendimentos, dentre eles o Projeto Freguesia, orientado para a produção artesanal das Feiras de Arte/Artesanato das Praças Olímpio Campos e Tobias Barreto; o Projeto Cooperar que visa fomentar a geração de emprego e renda através da implantação das unidades produtivas, que deverão ser transformadas em cooperativas. Para as atividades informais a prefeitura desenvolve o Projeto Trabalho Cidadão para a organização, capacitação, padronização e financiamento, com base no tipo de mercadoria comercializada pelo vendedor ambulante e com a perspectiva de contemplar o maior número possível de trabalhadores autônomos, e também a Cooperativa dos Agentes Autônomos de Reciclagem em Aracaju. Em todos estes programas aparecem novas modalidades de trabalho terceirizadas e informais.

Tais políticas têm uma forte negatividade, pela ausência de regulamentação, estímulo à informalidade. Nos desdobramentos do PROGER Urbano, a cooperativa de trabalho, o fomento as atividades terceirizadas e informais, ganham destaque para atender ao mesmo tempo as necessidades de redução de custo, políticas de atração de investimento industrial comercial e, sobretudo, geração de renda. É isso que tem se observado no espaço urbano da cidade de Aracaju, a leitura de tais políticas ocorre por via do empreendedorismo, do estímulo a qualificação profissional, pela vocação local dos sujeitos trabalhadores como responsáveis pela sua inserção no mercado de trabalho.

As pesquisas mostram até o momento que estas modalidades de trabalho possibilitam a redução do custo de produção da força de trabalho por meio da ausência dos encargos trabalhistas para o capital, torna mais barato o uso da força de trabalho, cria a falsa ilusão de autonomia, precariza o trabalho, ao sustentar-se no oceano de incertezas. Ao mesmo tempo em que passa a ser vista em sua negatividade, pela ausência de regulamentação, no seio de tais políticas aparecem os discursos do empreendedorismo, como modelo de gestão e alternativa mais vantajosa ao trabalhador.

A relação capital trabalho é “invertida” em sua essência, o trabalhador ganha autonomia e ocultam-se as formas de alimentação/alienação. A forma de “inserção” no mercado de trabalho nega a condição empregatícia/regulamentada do trabalho, mas não o próprio trabalho.

Acredita-se assim que no Nordeste os rebatimentos dessas políticas podem assumir uma feição singular, que confirmará ou não a melhoria dos indicadores sociais da região, o modo de inserção dos trabalhadores, a permanência no desemprego, e informalidade. A leitura de tais políticas tem sido feita por via do empreendedorismo, do estímulo a qualificação profissional, pela vocação local dos sujeitos trabalhadores como responsáveis pela sua inserção no mercado de trabalho. A espacialização dessas políticas podem revelar profundos rebatimentos para os trabalhadores, no próprio contexto de funcionamento do Nordeste dentro de sua função na divisão regional/territorial do trabalho.

Eixo temático: Análise Regional

Referências

- ANTUNES, Ricardo. Dimensões da precarização estrutural do trabalho. In: DRUCK, Graça & FRANCO, Tânia. (Orgs.) **A perda da razão social do trabalho**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.
- _____. As formas contemporâneas de trabalho e a desconstrução dos direitos sociais. In SILVA, Maria Ozanira da Silva & YAZBEK, Maria Carmelita. (Orgs) **Políticas Públicas de Trabalho e Renda no Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Cortez; São Luís, MA: FAPEMA, 2008.
- POCHMAN, Márcio. **O emprego no desenvolvimento da Nação**. São Paulo: Boitempo, 2008.
- SERRA, Rose. **A política pública de emprego, trabalho e renda no Brasil: estrutura e questões**. Revista Políticas Públicas. São Luís, vol. 13, n ° 2, p 245-254 jul./dez. 2009.
- THOMAZ JÚNIOR. Antônio. **O mundo do trabalho e as transformações territoriais: os limites da "leitura" geográfica**. Ciência Geográfica, Bauru, v. 9, n.1, p. 96-103, jan/abr. 2003.